

“Sertão”, indígenas e negros na construção da identidade nacional brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu

**“Sertão,” indigenous and black in the construction of the Brazilian
national identity: Varnhagen and Capistrano de Abreu**

*Angelica Stachuk^α
Oseias de Oliveira^β*

RESUMO: O presente artigo busca desenvolver discussões acerca dos discursos sobre a categoria de sertão e a construção da identidade nacional na historiografia brasileira do século XIX. Essa reflexão tem como suporte de análise a produção historiográfica de dois renomados historiadores brasileiros: Varnhagen e Capistrano de Abreu. Assim analisa-se os discursos empreendidos por esses autores e também a posição dos mesmos em relação a construção da identidade nacional brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Varnhagen. Capistrano de Abreu.

ABSTRACT: This article seeks to develop a discussion on the construction of national identity in Brazilian historiography of the nineteenth century. This reflection has as analysis support historiography of two renowned Brazilian historians: Varnhagen and Capistrano de Abreu. So we analyze the speeches undertaken by these authors and the position thereof in relation to construction of Brazilian national identity..

KEY-WORDS: Identity. Varnhagen. Capistrano de Abreu.

A categoria do sertão no pensamento brasileiro e a identidade nacional

No período que compreende as últimas décadas do século XIX e início do século XX, o categoria de “sertão” passou a expressar um termo essencial em todas as construções historiográficas que abordavam a questão da nação brasileira. A formação histórica do sertão está interligada a formação identitária brasileira.

^α Mestre em História – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). ✉ angelicastachuk@gmail.com.

^β Doutor em História – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor da UNICENTRO ✉ oseias50@yahoo.com.br.

As significações do termo e sua utilização ao longo dos tempos designam diversos sentidos: entre o século XII e XIV, os portugueses empregavam a palavra “sertão” referindo-se a áreas situadas dentro de Portugal e afastadas da capital. No século XV, usaram para nomear espaços vastos, interiores, localizados dentro das possessões recém-conquistadas ou distantes delas, regiões desconhecidas. Cronistas e viajantes que percorreram o Brasil, desde o século XVI usaram a categoria para designar grandes espaços interiores e obscuros. O sertão foi ainda largamente utilizado pela coroa portuguesa e pelas autoridades lusas das colônias, até o final do século XVII, ao emitirem documentos relacionados aos domínios coloniais. (AMADO, 1995).

Sertão passou a conotar um local desprovido de cultura, espaços vastos e desconhecidos; a mesma expressão era usada em oposição ao “litoral:” enquanto que no sertão habita o desconhecido, por homens sem fé e sem lei, índios indomáveis, no litoral habitava a civilização, a cultura, os bons modos de vida. Desse modo, muitos intelectuais passaram a enfatizar em seus discursos a oposição entre as regiões colonizadas no litoral e aquelas desconhecidas pela jurisdição metropolitana. Criava-se, desse modo, uma dicotomia entre o espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem.

Sertão, costa e litoral foram categorias complementares, uma vez que uma foi construída em função da outra ao refletir o inverso da costa. Para o colonizador, sertão constituiu o espaço do outro, para os governantes lusos o sertão era o local de enriquecimento.

No sentido trazido por estas interpretações:

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A idéia de um país moderno no litoral, em

contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos. [...] A presença do tema pode ser associada [...] à forma como os intelectuais percebem os caminhos da modernidade na sociedade brasileira, particularmente no que se refere às distâncias sociais e culturais. (LIMA, p.2. 1997).

A categoria de sertão vem carregada de significados depreciativos. Designava terras de sem fé, lei ou rei, áreas extensas, distantes do litoral, habitadas por índios "selvagens" e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, possuíam pouca informação ou controle insuficiente. Em torno destas populações, compreendidas a partir de uma determinada hierarquia de raças, articularam-se portanto diversos valores e significados, em tudo conformadores de uma história mítica de uma comunidade imaginada chamada Brasil.

A partir de meados do século XIX, as possibilidades de construção de uma civilização brasileira foram entendidas pelo pensamento social brasileiro, cada vez mais, como estando ligadas ou dependentes da organização de um estado, capaz de integrar politicamente, economicamente, territorialmente e socialmente o espaço nacional. Neste sentido, como o povo brasileiro, (recorrentemente entendido pelo viés ou pela ótica racial), foi equacionado nos discursos ou intervenções de variados intelectuais que estabeleceram o sertão como o espaço geográfico-social mais autêntico para a definição da nacionalidade. (LIMA, 1997).

Na maioria dos discursos do pensamento social brasileiro sobre os sertões e a importância do contingente populacional não-branco na sua formação, estão pautados em duas atitudes intelectuais básicas: a primeira insiste na insignificância numérica destas populações não-brancas (principalmente do negro) e na sua precária influência para a composição racial que formou o que se considera como o típico homem sertanejo; representado por Varnhagen; a segunda enfatiza a

significativa participação destas populações na formação do brasileiro, defendida por Capistrano de Abreu.

Nas investigações realizadas por Varnhagen percebe-se a constância da categoria “isolamento” e da figura indígena como empecilho para que a civilização adentrasse na província. O elemento indígena torna-se, nos discursos sobre sertão, uma figura caracterizadora, por outro lado, quase sempre ocupa também, neste universo, uma posição marginal. O índio é um dado natural do sertão, porém sempre aparece como um elemento marginal no seu interior.

Em relação aos negros as interpretações de Varnahgen são negativas. Seja na formação da composição étnica sertaneja, na participação histórica ou na formação da cultura do sertão. Quando muito, reconhece uma presença diminuta no sertão, negando-lhe, todavia, qualquer influência histórica civilizacional real. Numa palavra, o negro no sertão é uma realidade invisível que têm o sertão como espaço geográfico-simbólico privilegiado. (LIMA, 1997).

Nas análises de Capistrano de Abreu, em relação a formação da sociedade brasileira, o sertão é apresentado como espaço privilegiado desse processo, contrapondo-a a perspectiva então vigente que enfatizava a centralidade dos eventos ocorridos no litoral durante a colonização.

Até o surgimento da obra de Capistrano de Abreu a produção historiográfica brasileira predominava a mera compilação de datas e fatos, enfatizando exaustivamente as relações entre a administração colonial e a metrópole, restringindo-se, portanto, aos acontecimentos sucedidos na faixa litorânea. Capistrano de Abreu elaborou, portanto, uma história vista do sertão, contrapondo-a ao "sertão-problema" criado a partir da visão litorânea.

A valorização positiva do sertão propiciou-lhe lançar sobre o Brasil um olhar de "dentro," ao invés de assumir o posicionamento tradicional que se centrava

excessivamente sobre o litoral, ou seja, o ponto de vista de "fora," do português.

Desse modo, sua visão proporcionou uma inovação sob às concepções vigentes na historiografia nacional, e contestou dos princípios ordenadores das disputas simbólicas pelo princípio de classificação e hierarquização do sertão em relação ao litoral. (LIMA, 1997).

Com esse movimento heterodoxo no campo da historiografia, ele legitimou uma nova definição da divisão do mundo social ao contar uma história da sociedade civil, em que o "espírito de liberdade" sertanejo é preponderante na constituição da nação brasileira. (LIMA, 1997).

Quem somos nós, brasileiros?

Após a independência do Brasil, o novo estado brasileiro depara-se com um grande desafio: a da criação de uma nova nação e a construção da identidade do indivíduo brasileiro, até então, inexistentes. Para alcançar esse desígnio era necessário instituir no país uma unidade territorial, política e ideológica, que suscitasse uma memória coletiva e que unifica-se as populações em torno de uma única identidade. A ideologia do novo estado brasileiro estava alicerçada nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade branca.

Aos políticos e nova elite do Brasil competia a homogeneização das populações sob ponto de vista étnico e cultural, integrando-as em torno de identidades e histórias comuns. No bojo do processo de consolidação do estado nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada.

Depois de concretizada a independência do Brasil, o estado brasileiro começa a enfrentar movimentos e rebeliões de cunho separatista. As elites que

detinham o poder político precisavam manter a integralidade do território brasileiro, sobmãos dos herdeiros de Bragaça, e afastar de cena as tendências liberais que comprimiam o restante do continente.

O fim do vínculo dos antigos laços coloniais e o alastramento dos movimentos separatistas colocam em cena um grande desafio as elites que formavam o poder político e cultural do Brasil. Duas questões começam a ser pensadas: quem somos nós? Como manter a unidade nacional? (GASPARELLO, 2004).

O novo país independente precisava responder tais perguntas a partir da busca pela sua história. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1938, possibilitou a criação da história da nação, garantindo as condições necessárias para o surgimento de uma historiografia brasileira, produzida por autores nacionais. (GASPARELLO, 2004, p. 18).

O denominado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)^v tinha como intenção a criação da identidade do Brasil. O novo panorama brasileiro precisava de uma história que legitimasse a supremacia portuguesa na construção da nação brasileira, que lhe desse uma identidade dominante. A escrita da história passou a ser suporte na colaboração para a construção da nação. Esse prematuro estado brasileiro precisava de uma história ou de um passado representado. “Tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculado a política oficial.” (SCHWARCZ, 1993, p.117).

O instituto serviu para consolidar esse campo dominante na historiografia brasileira, geograficamente situou cada espaço do território brasileiro, dividindo cidades, estados, vegetação, clima. Historicamente recriou “um passado

^v O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos principais órgãos do estado brasileiro do século XIX e a sua função era promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.

homogêneo, solidificando mitos de fundação, ordenando fatos históricos, constituindo um panteão de heróis nacionais, através de pesquisas, estudos e da elaboração de biografias capazes de fornecer as gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção a pátria.” (ORIÁ, 2005, p.126).

O conceito de nação produzido pela historiografia dos membros do IBGE era estritamente branco. Reinava uma marca excludente carregada consigo imagens depreciativas do outro. (GUIMARÃES, 2002). Esta mesma historiografia demonstrou quais indivíduos seriam excluídos desse projeto de nação por não serem portadores da nova civilização: índios e negros. A nova nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

Em meio a esse cenário brasileiro surge um uma figura bastante apreciada: Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável por ser o “inventor” da história do Brasil. Renomado pensador brasileiro e influente intelectual de sua época tido para muitos como “heródoto brasileiro.”

Ele pode ser considerado, de fato, o “Heródoto do Brasil,” pois foi o iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou e elaborou inúmeros documentos relativos ao Brasil. Tendo morado sempre no exterior, se sentia um exilado, dominado que sempre esteve pela saudade do Brasil. (REIS, 1999, p.24).

Na visão de Reis, “foi um historiador oficial, uma adulator dos poderosos e juiz severo das revoltas populares” (REIS, 1999, 32). Suas obras passam a refletir uma nova perspectiva do passado brasileiro. A inovação de seu método da pesquisa histórica se concretiza através da investigação de documentos.

Na concepção de José Honório Rodrigues, “na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente na história geral e parcial. Antes dele faltava ao

Brasil a consciência de sua história, no mais largo período de sua formação. (RODRIGUES, 1970, p.123-124).

Outra figura expressiva surge na historiografia nacional brasileira: João Capistrano de Abreu. Historiador cearense que constrói sua carreira no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, adentando nas primeiras décadas do século XX. Traz para discussão temas esquecidos pela história. Sua escrita é considerada bastante inovadora em relação ao que se produzia em palco historiográfico do Império, tendo como principal representante: Varnhagen. “Capistrano será um dos iniciadores da corrente do pensamento histórico brasileiro que “redescobrirá o Brasil,” valorizando o povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira.” (REIS, 1999, p.69).

São dois grandes nomes da historiografia nacional brasileira com visões bastante distintas da realidade e em relação a construção da identidade brasileira. Varnhagen atribuía a selvageria e a barbárie aos ameríndios e ignorava os negros desse projeto. Capistrano demonstra em suas reflexões a preocupação em visualizar o índio como agente transformador de seu ambiente e coloca o negro na mesma posição que os portugueses, mas com um perfil positivo destes que só veriam acrescentar ao Brasil.

Segundo Arno Wehling (1994) a geração de Varnhagen e os instituidores do IHGB estavam motivados pela necessidade de “inventar” o estado e a nação brasileira. Com o estado-nação já consolidado Capistrano de Abreu se preocupa com a tarefa de reinventar e de descobrir o povo.

Varnhagen e a invenção do Brasil

Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador de extrema importância metodológica para a jovem historiografia brasileira, foi um ilustre historiador no que se refere ao rigor documental. Influenciado pela historiografia alemã, sobretudo à rankeana, Varnhagen busca em sua historiografia restaurar os Braganças, a dinastia do Imperador brasileiro. História branca, elitista e imperial, deu contribuição ao informar sobre os costumes e crenças os tupis, mas, chamou-os de bárbaros e selvagens e silenciou sobre os negros, com Varnhagen, a miscigenação permaneceu oculta, seja racial, étnica ou cultural. (VAINFAS, 1999).

Convenciona sua história ao sistema colonial e enfatiza o Brasil da mesma maneira que os administradores e outros representantes da mentalidade oficial. Esse historiador limita-se aos documentos oficiais, sendo estes detentores de verdade histórica quando devidamente apurados. Defende a continuidade do passado no futuro.

As narrativas de Varnhagen sobre o Brasil tem como cenário principal a atuação dos portugueses na formação da colônia. Valorizando o legado português deixando excluída a figura do indígena e do negro.

Varnhagen realiza uma série de referências luso-brasileiras, refletindo sobre a problemática do processo de consolidação do estado nacional. A obra se insere no esforço de construir a memória do país recém-independente, dotando-o de um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada. (GUIMARÃES, 2002). Suas análises historiográficas enfatizam o estado brasileiro como uma obra iluminada por Portugal. Sua história prioriza as ações dos heróis portugueses e brasileiros brancos.

No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e moto essencial do Brasil. Aventureiro, no Brasil, se sentiu livre da obediência ao rei, sentiu que nada tinha acima de si, e avançou conquista do interior. (REIS, 1999, p.26-27).

O indígena e os negros ficam excluídos do projeto de construção da identidade nacional que estava se afirmando. “Para ele a plebe-índios, negros, caboclos, mamelucos, mulatos, pobres em geral seria desequilibradora do Brasil grande, atrasava-o, desordenava-o, entravava o seu progresso.” (REIS, 1999, p.32).

O Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores. (REIS, 2002, p.31).

Figura de destaque no IHGB, Varnhagen concebe os povos indígenas como povos sem história pois não conheciam a civilização. “Num continuo estado de barbárie e incapazes de evoluir por meio de estímulos endógenos, os índios, na concepção de Varnhagen, precisariam da ação externa e coativa de povos civilizados (MOREIRA, 2010, p.61). Assim os ditos “civilizados”, ou seja, portugueses e brancos eram considerados uma raça superior sendo capazes de anular as influências das outras raças com o tempo.

Os gentios na visão desse autor não são vistos como protagonistas da história e deveriam ser englobados pela sociedade portuguesa. O indígena seria incapaz de adentrar sozinho na civilização. Assim a colonização seria a porta de entrada do processo civilizado e da história do Brasil.

A sua visão conota uma história oficial alicerçada no protagonismo de uma elite “branca” e “cristã” e emprega o esquecimento de todos os outros segmentos sociais. Essas interpretações evidenciam a superioridade de uma única étnica, de uma cultura, de uma civilização, de uma religião, de um modo de vida e de pensamento, a do branco vencedor. “Vencedor, o português tem todos os direitos. Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa” (REIS, 1999, p.33).

Suas narrativas consistem na priorização de ações dos heróis portugueses e brasileiros brancos. “A história, para ele, é feita pelos grandes homens, por reis, guerreiros e governadores, bispos e não pelos homens incultos.” (REIS, 2002, p.32). Seu principal foco é a colonização portuguesa responsável por trazer ao Brasil o desenvolvimento e por livrar de ter um futuro decadente cravados pelo modo de vida indígena. Afirma a bestialidade dos índios que no seu entender só poderiam ser incorporados e submetidos a civilização por meio da guerra e do extermínio.

Em relação aos nativos Varnhagen expõe:

Eram falsos e infiéis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que desconheciam a virtude da compaixão. Não tinham ideias algumas de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita e o decore a boa fé; e eram dotados de uma quase estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleugmático. (VARNHAGEN, 1953, p.130-131).

Ainda sobre os indígenas em sua obra intitulada: História Geral do Brasil, traz descrições sobre a cultura, língua, costumes, sobre as moradias, alimentação, sua disposição pelo território. Ricas em detalhes, mas coloca-os em um estado de atraso, de barbárie em que se encontrava o indígena brasileiro nos primeiros contatos com os europeus no Brasil. Bárbaros, sem pátria, sem história e sem cultura a ser valorizada. Varnhagen salienta:

Para fazermos, porém, melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberber-se ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão seguir-se. (VARNHAGEN, 1953, p. 31).

A obra citada e tida como referência foi produzida em num momento em que se tentava alicerçar as bases de um projeto de estado nação para o Brasil. “Varnhagen, fazia uma apologia ao império brasileiro e ao governo da dinastia dos Bragança.” (BEZERRA, 2010, p. 2).

Essa obra é considerada a grande síntese da história do Brasil do século XIX. Trata-se de uma história que as elites brasileiras precisavam para levar adiante a nova nação, uma história com grandes elogios aos heróis portugueses. Qualquer conflito, tensão, conflito e contradição eram ignorados dessa história, pois poderiam levar a fragmentação. Justifica o sistema vigente da época, ou seja, a dominação colonial, a submissão do povo, os direitos das elites, defendia com garras a sociedade escravista submissa a lógica do descobridor e do colonizador, esses tem o direito de impor sua “superioridade” étnica, cultural e religiosa.

Os indígenas para Varnhagen eram seres exóticos, aborígenes, nômades, violentos, bárbaros, sem sentimento a pátria, gentes vagabundas, sem sentimentos morais e deveriam ser civilizados para deixarem de ser hostis. Em uma de suas passagens Varhagen narra:

Os índios não eram donos do Brazil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de brasileiros; não podiam civilizar-se sem a presença da força da

qual não se abusou tanto quanto assoalha; e finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade. (VARNHAGEN, 1953, p.28).

Segundo Reis (1999), o Brasil não poderia alicerçar suas raízes neste passado, precisando ter a expiração em um outro passado, ou seja, naquele que veio do exterior com a chegada do cristianismo, da lei, do rei, da razão, da paz, da cultura, da civilização que poderia colocar fim à barbárie e a selvageria.

Na nacionalidade brasileira apresentada por Varnhagen o indivíduo europeu tem prioridade e direitos absolutos sobre o Brasil. Desse modo instituía uma visão positiva da colonização portuguesa, vista como alicerce principal para o desenvolvimento da futura nação que se tornara independente em 1822. A história negava ao índio um lugar efetivo na representação da sociedade nascente do Império. E a justificativa para a exclusão do indígenas do projeto nacional se alicerçava em várias afirmações dentre elas:

Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é lanlo o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer elles, como nômadés tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impelle a sacrificar o bem estar e até a existência pelos compatriotas. (VARNHAGEN, 1953, p.130-131).

Ainda em suas descrições em relação aos ameríndios salientava que essas “gentes vagabundas” guerreavam constantemente entre si, caminhando sozinhos para a própria destruição. Reduz a miríade de tribos e etnias indígenas com dialetos e costumes diversos e distintos em uma única raça: os Tupi. Diz:

Essas gentes vagabundas, que guerreando sempre povoavam o terreno que hoje é o Brazil, eram segundo parece verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem commum, e

falavam todos os dialectos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brazil chamaram geral. (VARNHAGEN, 1953, p.99).

“Nem se quer mereciam o nome de bárbaros: eram selvagens, com o que explicamos a condição social a que os philogos, independente da significação etymológica, aplicam essa palavra.” (VARNHAGEN, 1953, p.18). Reduziam o indígena a um estado inferior a barbárie, sendo um puro selvagem. A figura portuguesa teria sido um elemento benevolante que trouxe a civilização a esse povo selvagem. Aculturação é o conceito chave nas interpretações de Varnhagen.

Influenciado religiosamente esse autor demonstra em sua análises a vida do selvagem envolta em “pecado,” sua organização social representava em si o pecado, sem valores cristãos, as crenças dos gentios eram ignoradas. O que os indígenas viviam não fazia parte de uma sociedade organizada.

Desse modo era preciso intervir nessa realidade e lhes impor a civilização e a religião. “Não hesitamos em asseverar que sem o emprego da força não era, nem é possível reduzir os selvagens; assim como não poderia haver sociedade sem castigos para os delinquentes. (VARNHAGEN, 1953, p.19). Mesmo que esse resultado fosse alcançado com força bruta e cruel em nome do “bem maior” dados aos indígenas. “A escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações: disse com admirável filosofia e coragem, o virtuoso e sábio bispo brasileiro Azevedo Coutinho. (VARNHAGEN, 1953, p.21). Era preciso escravizar não só pela mão-de-obra para a colônia, que virou império, mas para a absolvição, por partes dos gentios, de valores sociáveis.

Assim longe de condemnarmos que se fizesse uso da coacção pela força para civilisar os nossos Indios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que delle havemos ter que lançar mão nós mesmos, em proveito do paiz, que aumentará seus braços uteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até

em beneficio desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem à condição em que se acham os nossos africanos, viveriam nellas mais tranquillos e mais livres do que vivem, sempre horrorisados na sua medonha liberdade dos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus visinhos. (VARNHAGEN, 1953, p.21).

Nesses trechos evidencia-se que Varnhagen defende totalmente a entrada e a intervenção portuguesa no mundo indígena e designa de forma benéfica esse aspecto. Todos os meios empregados pelo colonizador eram formas de tirar o indígena de seu estado inferior, da barbárie, de destruição mútua e da vida de pecados. Ingênuo e indefeso precisa ser tutelado guiado pelo caminho dos valores e virtudes, e sua vida sem regras, desvirtuada e sem Cristo representa a perda de valores e uma noção que deve ser domesticada.

Também dedica suas análises voltando sua visão para os africanos. Em relação ao negros Varnhagen tem uma visão bastante depreciativa quanto tem dos indígenas. Dedicou pouco espaço em suas análises para esse segmento social. Via-os como empecilho sua presença no Brasil. Considera a miscigenação como a solução para esse problema acreditava que a mistura de raças poderia apagar a influência africana.

Sem os negros, o Brasil teria sido muito melhor! Foi um erro a colonização africana no Brasil. Perpetuou-se no Brasil um trabalho servil que ele se abstinha de qualificar, mas que não se pode dispensar sem grandes males para o país. (REIS, 1999, p.43).

Desse modo, Varnhagen não via a presença do negros no Brasil com visão positiva. Para ele a utilização da escravidão africana poderia ser substituída pela escravidão indígena.

Capistrano e a “nova” história do Brasil

Divergindo-se das interpretações de Varnhagen, Capistrano de Abreu principia suas análises sobre a história colonial brasileira. Tem um papel fundamental na inovação historiográfica brasileira. Rompe com ideia que a história do Brasil teria começado com o chegada dos portugueses, destacando que os povos que aqui residiam eram seres portadores de história.

Ainda questiona a abordagem factual da história, que privilegia o herói, o ator individual em detrimento do social e coletivo. Preocupa-se em considerar o povo brasileiro como sujeito de sua própria história, enterrando de cena conceitos de inferioridade racial ou cultural, sem preconceitos e eurocentrismos, valorizando a diversidade brasileira. Sua historiografia busca romper com o modelo de história empregado por Varnhagen.

Retifica a abertura de uma discussão distinta sobre indígenas, colocando no bojo de suas discussões uma nova concepção dessas etnias divergentes da dominante da época. Suas análises privilegiam o povo e sua formação étnica, a população multidiversificada existente no povo brasileiro.

O povo é, dessa forma, elevado à condição de sujeito da sua própria história, que não deveria vir mais nem de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano recupera o passado deste povo em suas identidades, lutas e vitórias, contra o português e o Estado Imperial e as elites luso-brasileiras. (REIS, 1999, p. 69).

Essa característica da diversidade humana do povo brasileiro foi uma das dimensões fundamentais das análises historiográficas produzidas por Capistrano de Abreu. Nesse sentido, a figura do indígena passa a ser valorizada. Começa-se a pensar em um Brasil diferente: “mais mameluco do que mulato, mais caboclo do

que branco, mais sertanejo do que litorâneo.” (SECRETO, 2006, p.244). Surge assim uma nova narrativa historiográfica agora não mais centrada somente nas elites, mas também tendo como suporte os elementos populares.

Divergindo-se da visão de Varnhagen, Capistrano considerava estrangeiros os europeus e os africanos e não os indígenas que aqui viviam. O autor pondera a visão dos indígenas e da terra do Brasil, quando aportam em território brasileiro os novos elementos.

Capistrano pode ser considerado “redescobridor” do Brasil. Sua ênfase é o povo. Esse historiador atribui a este a condição de sua própria história. Recupera o passado deste povo com suas lutas e vitórias, sendo pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, se impondo ao português, ao Estado Imperial e as elites luso-brasileiras.

Sua obra de destaque intitulada “Capítulos de História Colonial Brasileira (1500-1800)” é produzida em um momento de transição política entre o fim da Monarquia e a instalação da república no Brasil. Esta obra abre portas para novos caminhos. Busca investigar vida humana e sua multilateralidade. Faz um estudo etnográfico dos indígenas sobre seus costumes, suas línguas distanciando-se do preconceito enraizado nas interpretações de Varnhagen.

Essa obra evidencia a afirmação de uma identidade brasileira, em oposição ao colonizador português ou de modo geral ao europeu, diverge-se do Império Brasileiro, com suas imposições hierarquizantes, ao sistema escravocrata e sua estrutura elitista. “O personagem central da obra, em sua heróica busca pela identidade, é o próprio povo brasileiro.” (BARROS, 2010, p.475). Pressupõe a superar a história política de caráter tradicional para se ater igualmente a cultura. Sua proposta de análise busca a valorização do indígena, do sertanista, da multiplicidade brasileira, “e mesmo o colonizador europeu, uma vez inserido no

ambiente brasileiro, adquire uma outra identidade desde os tempos iniciais da ocupação do território que viria a constituir a base da nação brasileira.” (BARROS, 2010, p.475). O que Capistrano apresenta na perspectiva de Barros é:

A narrativa gradual mas definitiva conquista de um território, de estabelecimento de uma nova identidade que vai se agregando é espacialidade tropical, de atribuição de uma visibilidade cada vez maior para esta diversidade humana que vai se estabelecendo a partir do encontro entre indígenas, africanos e portugueses e demais europeus no interior de um único espaço, embora um espaço multidiviserficado internamente. (BARROS, 2010, p.475).

As interpretações de Capistrano divergem das visões existentes o índio tem um papel de destaque na obra do autor e o português é o primeiro elemento exótico, o primeiro imigrante, o invasor conquistador e colonizador, o segundo elemento exótico é o negro. O negro na obra de Capistrano não tinha qualquer peso histórico, ele tinha mais interesse na mestiçagem entre brancos e índios que surgiria o mestiço, ou, chamado mameluco, o sertanejo, o verdadeiro brasileiro. (REIS, 1999, p. 86).

Em uma de suas passagens em relação aos ameríndios Capistrano salienta a características culturais e artísticas desses grupos:

Tinham os sentidos mais apurados, e intensidade de observação da natureza inconcebível para o homem civilizado. Não lhes faltava conhecimento artístico, revelados em produtos cerâmicos, traçados, pinturas de cuia, máscaras, adornos, danças e músicas. (ABREU, 1907, p.52-53).

Essa percepção se distingue bastante do pensamento de Varnhagen que reduzia o índio em um estado de selvageria inferior aos animais. Desse modo,

Capistrano demonstra o indígena como integrante ativo e não passivo que precisava ser tutelado pela sociedade “branca.”

Suas interpretações nos levam a constatar a diversidade e de uma fragmentação do que é “ser nacional.” Assim os índios entram na história, não apenas como simples “curiosidade erudita,” mas sim como elemento fundamental em uma ocupação territorial, norteadas por um duplo movimento: do homem e da natureza. (GONTIJO, 2010).

Na “nova” história do Brasil Capistrano dá voz ao povo que por muito tempo permaneceu na obscuridade, trata o homem comum, inserindo o brasileiro na história universal, realçando a figura do sertanejo, do nacional e prevalece a existência das diferenças regionais. Traz para a realidade estudos de tipos étnicos existentes na sociedade, condições geográficas, caminhos, povoamentos, crenças, diferenças sociais, comércio, vida rural e urbana.

Como já foi destacado Varnhagem ocultava qualquer contradição no sistema vigente, em Capistrano sua interpretação traz à tona confrontos causados pela estrutura do sistema colonial que ocorriam entre índios, negros, portugueses. “Aquilo que não foi só conspiração mas rebeldia e revolução, os emboabas e mascastes, as lutas entre colonos e jesuítas.” (ABREU, 1988, p. 39). “Os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue foi se amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruínam.” (ABREU, 1988, p.159). O povo brasileiro não é uma unidade homogênea. Não há a ilusão da inexistência de conflitos entre os diversos grupos sociais. Pelo contrário, evidencia-se a existência de uma ampla divisão hierárquica desde os primórdios da colonização. Apenas o surgimento de um novo povo o “brasileiro” é que poderia despertar um sentimento de identidade nacional, não advinda do português.

Essa inovação historiográfica traz a luz do conhecimento novos sujeitos, temas e objetos para análise da história do Brasil. Enfoca o surgimento de um novo povo e seus interesses. O foco direcionado da história não passa ser somente a elite, mas o povo brasileiro e a conquista do território e a expansão para e ocupação para o interior. Esse autor ecoa o brasileiro mestiço como sujeito da história do Brasil e a identidade brasileira não está mais fundamentada em moldes europeus, mas ancorada nas identidade do Brasil do interior, do sertão e das rebeliões.

Em oposição a Varnhagen que dizia que a implantação da escravidão negra teria sido um erro para o Brasil e sem ela o estado brasileiro teria sido melhor, Capistrano ressalta os elementos trazidos pelos negros existentes e constituintes da nossa sociedade. Em uma de suas passagens relata:

O negro trouxe para a sociedade uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças são lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; as suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As multas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. (ABREU, 1988, p.60).

O que verifica-se é que Capistrano traça um perfil não inferior dos mesmos indígenas. E coloca em voga que as concepções dos jesuítas em relação ao gentios representava outra conotação de realidade da natureza humana. Ele representa de forma positiva a figura indígena:

Racional como os outros homens, o indígena aparecia-lhes educável. Na tábua rasa das inteligências infantis podia-se imprimir todo o bem, aos adultos e os velhos seria difícil acepillar, poderiam porém, aparar-se arestas, afastando as bebedeiras, causa de tanta desordens, proibindo-lhes comerem carne humana, de significação ritual repugnante aos ocidentais. (ABREU, 1998, p.95).

Delineia em sua obra o papel de pessoas comuns na história e não somente uma pequena parcela de figuras elucidadas nos registros históricos até então designados por Varnhagen. Também verifica-se de forma sucinta a presença da mulher na escrita da história brasileira, além de se preocupar com a descrição do cotidiano:

A roupa caseira da mulheres constava de camisa e saia, o casebeque só apareceu mais tarde (..) Em geral usa jaqueta curta, de algodão e ou de manchéster preto, colete branco de botões de couro branco, calça de veludo ou de manchéster, longas botas de couro branco, presas acima dos joelhos por fivelas, um chapéu de feltro de abas largas abriga-o do sol; a espada e não raro a espingarda são com o guarda-chuva seus companheiros inseparáveis, desde que sai de casa. As viagens, mesmo as mais breves, são feitas em mulas. Os estribos e as rédeas são de prata e do mesmo metal o cabo do facão que enfia na bota abaixo do joelho. Nestas jornadas as mulheres são carregadas em liteiras por negros ou bestas, ou sentam-se, vestidas de longa montaria azul com chapéu redondo em uma cadeirinha presa a mula. (ABREU, 1988, p.238).

Através da criticidade presente nas interpretações capistraneanas esse historiador almeja “corrigir” o passado, retificar verdades já consolidadas, a realidade oficial, abrir caminhos para um “novo” passado, onde tem o povo e sua diversidade com objeto central de análise colocando estes como sujeitos ativos da história brasileira até então excluídos. Capistrano é um historiador de mudanças, da descontinuidade, combatendo o passado tradicional português.

Na perspectiva desse autor o povo vai se formando através de longos caminhos que cruzam o sertão, caminhos que permitem a integração entre as várias regiões, caminhos que vão se construindo em uma nova cultura: a brasileira.

Apontamentos finais

Capistrano de Abreu e Varnhagen foram dois reconhecidos historiadores que marcaram a historiografia brasileira. As discussões e interpretações de Varnhagen propunham uma escrita de história do Brasil centrada no olhar português, pautados nos valores da monarquia existente na época. Sua obra é uma obra essencialmente político-administrativa, repleta de fatos, nomes e datas além de ser individualista e que restringi os amplos aspectos da sociedade nacional.

Na visão de Varnhagen os indígenas eram vistos como seres violentos, bárbaros e exóticos e os negros como empecilho da sociedade. Em outra direção Capistrano tinha preocupação em narrar uma história alicerçada em uma perspectiva popular colocando os portugueses e os africanos como estrangeiros, mas que vinham só acrescentar ao Brasil.

Varnhagen faz um brilhante estudo acerca das populações indígenas o problema é o julgamento que faz desses grupos citando-os como bárbaros e inferiores além de ter uma visão negativa destes. Desse modo, reduziu sua atenção aos indígenas e aos negros pelas considerações negativas do modo de vida dos mesmos. Em Capistrano o índio é visualizado como primeiro elemento constituinte do país e os outros elementos só acrescentam o que havia aqui, colocava os negros na mesma posição dos portugueses: dois estranhos ao continente.

As interpretações de Varnhagen especificam os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira como herança da colonização europeia. Apresenta a ideia de que a nacionalidade brasileira seria algo externo ao país, trazidos pelos estrangeiros. Desse modo, ele não vê problema algum de excluir negros, índios, e pobres livres em geral da qualidade de “brasileiros.” Seu projeto de nação se fortalece em uma nação branca e “civilizada”. Predomina o discurso da

invisibilidade do indígena e do negro, tal discurso contribuía pra lhes retirar o papel de sujeitos históricos.

Varnhagen contesta qualquer contribuição da povos indígenas e dos negros na história do Brasil, declara-se a favor da escravidão como meio para “civilizá-los,” defendia até mesmo o morticínio em prol da civilização. Capistrano muda seu foco de migração para povo e traz a inovadora contribuição de acrescentar a camada de história política uma nova camada de história social não presente na geração de Varnhagen.

Varnhagen elogia a vitória dos portugueses, defende os interesses e os sentimentos lusitanos do Brasil e afirma a diferença existente entre os valores e o poder europeu e os autóctones e outros segmentos sociais. A história de Capistrano se afirma como anti-portuguesa, anti-reinol, antieuropéia, anti-imperial e anti-politico-administrativa. Uma história social entra em cenário historiográfico. Ambos trouxeram significativas contribuições para a historiografia brasileira. Cada um ao seu modo e cada um “filho de seu tempo.”

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

AMADO, Janaina. **Passando dos limites**. Goiânia: UFG, 1995.

BARROS, José D' Assunção. Duas fases do Capistrano de Abreu: Notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista História, Historiadores, Historiografia**. São Paulo, v. 41, n.25, p. 455-489, jan./jul. 2010.

BEZERRA, Edinaldo. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. **Revista Labirinto**, Rondônia, v.8, n.10, p.24-38, jan./dez. 2010.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30. n.59, p.15-36, jan/junho, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social**. Rio de Janeiro: Instituto universitário de pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior**. Buenos Aires: Memoria americana, 2008.

ORIÁ, Ricardo. O livro didático e a pedagogia do cidadão o papel do instituto histórico e geográfico brasileiro no ensino de História. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, v.13, p.121-131, jul/dez, 2005.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

SECRETO, Maria Verónica. Capistrano de Abreu e J.F.Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. **Revista Estudos social e agrícola**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.2, 236-253, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira**. Niterói: Tempo, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

mneme ■ revista de humanidades
ISSN 1518-3394

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Cia das letras, 1993.

WEHLING, Arno. **A Invenção da História.** Rio de Janeiro: Gama Filho, 1994.

Artigo recebido em 17 de maio de 2018. Aprovado em 30 de junho de 2018.